

---

## A POLISSEMIA DA LINGUAGEM SOB O VIÉS DISCURSIVO<sup>1</sup>

---

Hélder Sousa Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho se coloca a (re)pensar a noção de polissemia em estudos de linguagem por um viés outro, o discursivo. Para tanto, questiona a hipótese da linguista Fuchs (1982, 1994), segundo a qual seria linguisticamente possível separar paráfrase de polissemia, o produto linguajero do processo instituído, em particular, pelo gesto de reconhecimento (ou não) de elementos de um texto “inicial” “X” em outro texto “Y” reformulado. Mediante nossa análise, desligamo-nos dessa premissa fuchsiana, assumindo, como em inúmeros trabalhos da analista de discurso Orlandi (1998, 1999, etc.), que esses fatos de linguagem se (re)põem dentro de uma complexa tensão-relação — batimento — que joga, ao mesmo tempo, com o Um e o Não-Um de sentidos para o dizer.

**PALAVRAS-CHAVE:** paráfrase; polissemia; tensão.

**ABSTRACT:** This work proposesto (re)consider the notion ofpolysemyinlanguage studiesbyotherperspective, thediscursive. Forboth, itquestions thehypothesis of thelinguistFuchs(1982, 1994), according to it would belinguistically possible to separateparaphrase ofpolysemy, the productof the process, in particular, bythegestureto recognition(or not) of elementsof a "initial" text"X" in another text"Y" reworded. Throughour analysis,weunplugged to thisfuchsianepremise, assuming, as in many papersof analyst'sspeechOrlandi (1998, 1999, etc.), thatthese factsof language(re)place within a complexstress-strain-relationship —a beat — that plays,at the sametime,withallandnot-allof senses for the say.

**KEY-WORDS:** paraphrase; polysemy; tension.

---

<sup>1</sup>Uma versão preliminar do presente texto encontra-se publicada nos anais do IV Simelp, realizado em Goiânia/GO, em julho de 2013.

<sup>2</sup>Doutorando em Estudos Linguísticos (UFU). E-mail: [helder\\_sousa@terra.com.br](mailto:helder_sousa@terra.com.br)

## À GUIA DE UM “MARCO” INTRODUTÓRIO

A reflexão teórica sobre a noção de polissemia em estudos de linguagem não é recente. Há algum tempo, linguistas e estudiosos da questão empenham-se em corroborar que uma palavra, uma expressão ou uma frase admitem mais de um sentido. Desses trabalhos, de modo geral, o que se pode depreender acerca do estatuto atribuído ao sentido diferente é que se trata de um dado linguístico possível de ser localizado e, em decorrência, quantificado através de formas da língua. Assim sendo, compreende-se por polissemia “(...) a propriedade do signo linguístico que possui vários sentidos. A unidade linguística é considerada, então, ‘polissêmica’. O conceito de polissemia se insere num sistema duplo de oposições: a oposição entre (...) polissemia e monossemia” (DUBOIS, 1998, p. 471-472).

Ora, em um modo assim de conceber o que é polissemia, procura-se destacar o fato de que o signo linguístico em si, sem que se conjeturem relações com outros signos, é polissêmico em sua natureza, isto é, possui “vários sentidos”; estes já fixados e previsíveis em palavras, expressões e frases da língua. Além disso, sob essa perspectiva, o signo linguístico é portador de sentidos, os quais nos fazem inclusive supor a existência de algo da ordem do periférico, dado que, nesse caso, ocorrem oposições a outros sentidos tomados *a priori* na condição de “iguais/monossêmicos”.

Sem muitas delongas, esclarecemos que, para nós, modos assim de conceber o fenômeno da polissemia na linguagem nada explicam do seu funcionamento. Ao contrário, somente apregoam que ele seja uma questão de outros sentidos, e não o que, em vista de seu funcionamento, pode representar linguisticamente: “um fato de linguagem implicando diferentes movimentos de sentidos em um mesmo objeto simbólico”<sup>3</sup>. No que toca a esses movimentos, cabe inclusive não perder de vista que, concomitantemente, dois processos fundantes da linguagem ali se efetuam, a paráfrase e polissemia, o Um e o Não-um de sentidos constitutivos de um mesmo objeto simbólico.

---

<sup>3</sup> O enunciado aspeado é produto de enunciações proferidas pela professora Dra. Eni de L. P. Orlandi, da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), quando, em setembro de 2012, apresentou ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Linguagem e Subjetividade (GELS), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), posicionamentos formulados acerca do que concebe por “Sentidos em Fuga: efeitos de polissemia e de silêncio”.

Em vista desse breve posicionamento construído no parágrafo precedente, diríamos que, no presente estudo, há algumas problematizações que nos servem para explicar aspectos da ordem do tópico polissemia. Para tanto, destacamos que, aqui, a noção de polissemia não está sendo pensada a partir de qualquer fato de linguagem. Em nosso caso específico, trabalhamos com a polissemia relacionada à demanda de uma produção parafrástica em uma instância específica, o vestibular. Esta demanda, em nossa pesquisa de mestrado, intitulada de “A paráfrase no vestibular: uma prática de re-formulação<sup>4</sup> do dizer” (2010), levou-nos à compreensão de que há, estritamente no modo como é avaliada por corretores de redação<sup>5</sup> de vestibular, implicações de subjetividade<sup>6</sup> ali operando.

Disso, com efeito, foi que surgiu a possibilidade de, agora, re-pensarmos o fenômeno polissemia na linguagem, uma vez que a avaliação desses corretores, a qual se encontra em uma relação automatizada com a língua, denuncia incertezas quanto ao que seriam gestos de paráfrase de enunciados presentes em um texto motivador (abreviadamente, TM) posto na prova de redação de vestibular. No que concerne às avaliações desses corretores de redação — exatamente as discrepâncias que, à primeira vista, podem ser notadas por nós em diferentes grifos realizados em diferentes partes das redações de vestibulandos tomadas aqui como material de análise — há que se ressaltar o fato de serem nossa “porta de entrada”

<sup>4</sup> Por re-formulação, compreendemos que se trata de operações realizadas por *scriptors* (conceito tomado de Calil (2008), relativo ao fato de que um sujeito de linguagem, ao mesmo tempo, ocupa posição de leitor e escrevente de textos) no/com o simbólico — ante o dizer do outro, e não exatamente ante o dizer que lhe seja a princípio tomado como “seu”. Também, semelhante à Orlandi (2006), compreendemos que noção de re-formulação diz respeito a gestos de sujeitos de linguagem face o simbólico, nos quais são atualizadas possíveis redes de memória discursiva para o significar do dizer.

<sup>5</sup> Ao leitor, cabe esclarecer que, como em nosso trabalho de mestrado, utilizaremos redações corrigidas por dois corretores de redação de vestibular (corretores A e B). Nessas redações, encontram-se grifos que tais corretores ali fizeram, ao tentar localizar e avaliar gestos de paráfrase de enunciados do texto motivador de uma prova de redação, os quais foram reformulados por vestibulandos em contexto de vestibular.

<sup>6</sup> Embora para AD de vertente francesa o ponto nodal de suas investigações seja o lugar social ocupado pelo sujeito de linguagem, tal lugar não deixa de ser influenciado pela história de vida do leitor. História que, de fato, produz efeitos no modo com que, socialmente, esse sujeito tende (ao ser afetado pela ideologia e pelo inconsciente) a ocupar ali um espaço. Em vista disso, destacamos que, de nossa perspectiva teórica, a noção de “subjetividade” não se reduz a supostos aspectos de natureza psicologizante que “explicariam” a linguagem. Ao contrário, essa noção traz à tona questões a se pensar acerca do caráter não subjetivo da linguagem, já que, para nós, tem a ver com outra noção elaborada pela AD francesa, a noção de memória discursiva. Esta, por sua vez, possui papel fundamental na produção do efeito-sujeito (e, também, na própria constituição dos sentidos), posto que por ali se podem espreitar modos de significar o dizer a partir de determinada posição social ocupada por sujeitos de linguagem.

para perscrutar a relação paráfrase-polissemia em reformulações produzidas para julgamento do vestibular.

Dessa maneira, ao propormos uma reflexão sobre aspectos relativos à polissemia na linguagem re-formulada durante o acontecimento do vestibular, buscamos em alguns pressupostos teóricos da Análise de discurso de vertente francesa (abreviadamente, AD), a saber, nas noções de “interpretação” e de “memória discursiva”, instrumentos teórico-metodológicos para a produção de compreensões sobre aquilo que, linguisticamente, é julgado como discrepante na avaliação de paráfrases no vestibular: a polissemia; esta movimentamos, novamente, a pensar a necessária relação que se dá entre o dizer — o qual é constitutivamente dividido, já que, entre outras razões que aqui poderiam ser apresentadas, se re-faz(a princípio) no e pelo afetamento de uma alteridade — e suas condições de produção. Em vista das noções teóricas de “interpretação” e de “memória discursiva” que o quadro de discussões da AD francesa re-elaborou, destacamos que ambas colocam o dizer (estando este já na condição de re-formulado) sob efeito do que ali não pode ser apenas o Um de sentidos, dado que trazem à tona questões de subjetividade, questões que, com certeza, contradizem a noção de linguagem enquanto objeto objetivo, transparente, literal, en-formado de sentidos, funcionando à mercê da instância vestibular<sup>7</sup>.

Posto isso, podemos esclarecer que o problema que nos convocou à escrita deste trabalho relaciona-se com a impossibilidade de se localizar, em nosso caso, na produção escrita de vestibulandos, o Um e o Não-Um de sentidos para o que supostamente estaria dito (ou não) no TM presente na prova de redação de vestibular. Afirmamos ser impossível isso, pois, conforme constantes posicionamentos da analista de discurso Orlandi (1987, 1998, 2004, 2008), paráfrase e polissemia são dois processos fundantes da linguagem, estando, pois, ambos, em uma complexa relação de implicação e de tensão, e nunca fora disso,

---

<sup>7</sup>No que respeita a modos assim de a instância vestibular avaliar fatos de linguagem, ressaltamos que disso decorre a “certeza” ali construída (o efeito-leitor) de que “há sentidos logicamente estabilizados” funcionando em formas linguísticas constituintes de textos — “certeza” que, somente em função do próprio imaginário de objetividade alimentado nesse tipo de prova, projeta-se àqueles envolvidos em sua realização como um todo, o que, em decorrência, produz a ideia de que o sentido certamente é local, e, por isso, alcançável no nível literal que as formas da língua “dispõem-no”.

em conjeturadas realizações linguísticas que nos permitiriam demarcar exatas dicotomias entre fatos particulares de suas naturezas.

Desse prisma, torna-se possível um espreitar de nossa hipótese de estudo — a qual vai de encontro ao modo com que a linguista Fuchs (1982, 1994) caracteriza o que concebe por polissemia da linguagem. Sendo assim, reconhecendo aqui pontos centrais do pensamento da linguista Fuchs (*idem*), nota-se dali que, se a paráfrase linguística de enunciados se dá quando elementos de um texto "inicial" X podem ser reconhecidos em outro texto, o qual é efeito da leitura e interpretação que o vestibulando realiza, no texto Y, o oposto disso supõe ser inexato: Y não estaria em X, daí a polissemia. Esse gesto fuchsiano de caracterizar o fato linguístico da polissemia chama-nos atenção, uma vez que, consoante aludido, em estudos da analista de discurso Orlandi (*idem*), as noções de paráfrase e de polissemia da linguagem não estão para simetrias que nos fariam conjeturá-las de modo igual à Fuchs (*idem*). Isso pela via de palavras, frases e enunciados, os quais fossem "portadores" de sentidos; presumindo-se ali sentidos localizáveis em formas da língua, "depositados" em dada materialidade textual.

Resumindo, no que respeita o tratamento teórico-metodológico desenvolvido no presente estudo, questionamos o seguinte: ante a in-tensa relação paráfrase e polissemia constitutiva da linguagem reformulada em contexto de vestibular, torna-se (ou não) possível ali algum perscrutar de fatos linguísticos que atestem como verdadeira a hipótese de Fuchs (*idem*), segundo a qual, efetivamente, elementos (sentidos) de Y podem não estar em X?

Face a perspectiva teórica a que nos filiamos, há que ser respondido o questionamento anterior com um exato e pragmático não, já que, de nosso ponto de vista, o sentido é função<sup>8</sup> do efeito-leitor. No tocante a essa nossa recusa à premissa elaborada por Fuchs, coadunamos, pois, com a ideia de que o sentido possui estatuto apenas reconhecido no fato ser um efeito relacional, posto que, como salienta Orlandi (1988, *cf.*, 10), ele estará sempre "em relação *a*" — compreendendo-se que essa "relação *a*" re-vela a possibilidade de ali funcionar

---

<sup>8</sup> O termo função está sendo usado para caracterizar o modo como o sentido tende a ser produzido pelo efeito-leitor, reconhecendo-se, nesse caso, questões relativas às condições nas quais se enuncia o dizer, questões como "quem o enunciou" e "em que lugar social foi enunciado".

redes de memória discursiva as quais são produzidas por um efeito específico, o efeito-leitor. Em decorrência disso, ter-se-á aquilo que buscamos compreender sobre o estatuto do sentido produzido na linguagem re-formulada: ele não deriva da mera simetria de “um estar”, ou de “um não estar” de elementos lexicais e/ou sintáticos corroborados (ou não) por um leitor/avaliador em um texto “inicial” X. Se assim o fosse, ao se propor uma análise de sentidos para os textos X e Y, teríamos de consentir o sentido localizável ali funcionando, o que para nós é refutável.

Assim sendo, o gesto de buscar teoricamente conceber simetrias entre conteúdos de dois textos — como propõe a linguista Fuchs<sup>9</sup>(idem) — torna-se (para nós) inconcebível, dado que, da posição de quem assim os observa, resultaria apenas em um exercício de identificar diferenças e demarcar oposições (paráfrase vs. polissemia) para sentidos “reconhecidos”, no caso, por corretores de redação de vestibular, em materialidades linguísticas, e não exatamente em descrever e interpretar, concomitantemente, aquilo que decerto as movimenta: o Um e o Não-um de sentidos, con-juntamente.

Em vista dessa impossibilidade de localizarmos sentidos nos textos X (o TM) e Y (a redação do aluno vestibulando), apostamos, por conseguinte, numa problematização em torno de aspectos discursivos constitutivos desses textos — aspectos que, aqui, notamos como efeitos da tensão-relação produzida entre formas e sentidos reformulados, em sua totalidade, nos textos X e Y e, também, de alguma implicação exterior ao que ali, sem dúvidas, está funcionando: os efeitos de uma memória discursiva.

Adiante, para conseguirmos aduzir isso, foram realizados dois movimentos simultâneos de análise: 1º verificamos valores<sup>10</sup> linguístico-discursivos reconstruídos por vestibulandos em redações de vestibular (esses valores trazem

---

<sup>9</sup>Aqui, gostaríamos de destacar que, ao dizer da possibilidade de “existência” de simetrias entre conteúdos dos textos X e Y apontadas para caracterizar a paráfrase e a polissemia na linguagem, a linguista Fuchs, inscrita em perspectivas teóricas de cunho enunciativo, vai de encontro ao lugar teórico mediante o qual se propõe a deslocar: as perspectivas lexicais em direção ao discurso. Aquelas analisam o sentido como sendo localizável em palavras, frases e enunciados, negando a dimensão do texto, e, ainda, do discurso.

<sup>10</sup> Como em Saussure (2006), compreendemos que, por ser a língua um princípio sistemático de ordenação, o valor de qualquer termo constitutivo de um dado sistema de relações linguísticas somente pode ser determinado a partir do que, efetivamente, o rodeia.

aquilo que corretores de redação de vestibular admitiram como sendo sentidos “diferentes” e, ao mesmo tempo, sentidos “iguais” a valores decorrentes de sentidos “presentes” no TM da prova de redação de vestibular) e 2º compreendemos tais valores face às condições de produção de Y, o vestibular (essas condições afetam o que ali pode e deve ser enunciado para o suposto “Um” de sentidos re-formulados por vestibulandos). Agindo assim, assumimos — desde já — como possível a relação entre o Um e o Não-um de sentidos constitutivos de redações de vestibular, dado que, com isso, não estaremos localizando um ou outro sentidos para formas linguísticas que permitam suas realizações<sup>11</sup>. Doravante, começamos a enredar nossos posicionamentos para corroborar a hipótese deste estudo.

#### **NOTAS ACERCA DA DEMANDA DE PRODUZIR PARÁFRASES EM REDAÇÕES DE VESTIBULAR**

Aqui, antes de iniciarmos uma breve discussão acerca da demanda de produzir paráfrases em redações de vestibular, torna-se oportuno aduzir como esse fato de linguagem é concebido pelo processo seletivo cunhado no Brasil de “vestibular”. Nesse sentido, ao recorrermos a esclarecimentos instrucionais apresentados no “Manual de corretores de redação de vestibular” (2008)<sup>12</sup> aos corretores de redação de vestibular, tem-se que:

“Parafrasear consiste em transcrever, com novas palavras, as ideias centrais de um texto. O candidato(a) deverá fazer uma leitura cuidadosa e atenta e, a partir daí, reafirmar e/ou

<sup>11</sup> Como bem nos lembra Fuchs (1994, cf., p. 110), em estudos de Semântica formal — os quais, exclusivamente, examinam sentidos por meio de questões do léxico —, a polissemia é concebida sob forma discreta, macroscopicamente, plástica, sublinhando diferenças semânticas entre enunciados e destacando dali sentidos para o que julga ser o Não-um na linguagem. Ali, isso é feito, conforme continua nos esclarecendo Fuchs (idem), a partir de tentativas de estabilizar sentidos “presentes” em frases, procurando, nessas situações, fixá-los exclusivamente ao léxico.

<sup>12</sup> Preferimos manter entre aspas essa designação, já que, consoante os dois corretores de redação de vestibular que avaliaram para nós alguns gestos de paráfrase formulados em contexto de vestibular por vestibulandos — doravante, C.A. e C.B. —, não existe ainda um manual instrucional impresso que seja de uso obrigatório deles. Para o caso de referências e de citações que aqui trazemos desse suposto “manual”, recorreremos a informações (definições, injunções, etc.) que foram repassadas aos C.A e B pela comissão organizadora do ENCORE (Encontro de corretores de redação (2008)); isso sob a forma de material apostilado.

esclarecer o tema central do texto apresentado, acrescentando aspectos relevantes de uma opinião pessoal ou acercando-se de críticas bem fundamentadas. Portanto, a paráfrase repousa sobre o texto-base, condensando-o de maneira direta e imperativa. A paráfrase desenvolve o poder de síntese, clareza e precisão vocabular. No vestibular (...), o candidato será obrigado a utilizar as informações contidas nos textos motivadores. Deverá reproduzi-las com suas próprias palavras, o que lhe dará crédito”.

Em vista desse modo “objetivo” de definir o que seja a paráfrase no vestibular, temos, algumas observações por fazer. Antes de nada mais, há que destacar dali a imagem que a instância vestibular constrói para o que espera ser a linguagem reformulada pelo aluno vestibulando no texto que este terá de escrever para ela. Essa imagem, com efeito, em função das próprias condições de produção que a instituem, tende, a princípio, garantir a possibilidade de os “mesmos” sentidos de outrora serem, agora, reformulados na produção escrita do vestibulando. Veja-se, neste caso, que as injunções representadas na passagem acima do “manual de corretores de redação de vestibular” (2008) corroboram exatamente uma posição discursiva em que a relação vestibulando e linguagem somente poderá funcionar “bem”, caso ele reafirme e/ou esclareça sentidos “presentes” no TM “dado” pela prova de redação de vestibular.

Todavia, face o que no próprio esclarecimento instrucional em tela está de-marcado para uso de corretores de redação de vestibular, notam-se inúmeras contradições que inviabilizam a efetivação dos “mesmos” sentidos do TM na redação do vestibulando — se é que, alguma vez, isso seja realmente possível! Ora, de acordo com asserções do “manual de corretores de redação de vestibular”, a linguagem, a qual ali é tomada como transparente, autoriza a vestibulandos o condensamento, “(...) de maneira direta e imperativa”, do “tema central do texto apresentado”, o TM — condensamento que, de nossa perspectiva teórica, torna-se impossível, já que questionamo-nos acerca do *como* dar conta dessa pretensa objetividade (?). Quanto a isso, ressaltamos que a forma de os corretores de redação de vestibular lerem paráfrases produzidas por vestibulandos em situação de vestibular constitui aquilo que Orlandi (2005, p. 65) designa de “efeito-leitor”, isto é, nas palavras da autora, um gesto leitor ocupado em encontrar uma “(...) unidade (imaginária) de sentido lido”. Unidade que, somente na óptica do



imaginário do vestibular (imposto nessa circunstância), “permite” que esses corretores ratifiquem (ou não) o “colamento da interpretação” que realizam para TM na redação do vestibulando, uma vez que, durante esse processo, ocupam uma relação automatizada com a língua, com os sentidos. Porém, é preciso que não nos esqueçamos, conforme nossa análise adiante mostra, de que os corretores de redação de vestibular interpretam a todo tempo as paráfrases formuladas por vestibulandos; daí não haver sentido sem interpretação. Com efeito, antecipamos em dizer que não há como os sentidos do TM serem exatamente localizados na condição “mesmos” na redação do vestibulando, dado que as relações de sentido (redes de memória discursiva) mobilizadas pelos corretores (para ali checarem a presença de gestos de paráfrases) denotam, também, o diferente.

Ademais, no que concerne à citação que o presente tópico analisa, observa-se que ali estão registradas outras contradições. Estas são decorrentes de outras noções ligadas à própria proposta de formulação da prova de redação de vestibular. Uma dessas noções diz respeito ao que se concebe por texto. Afinal, um texto contém informações, ou produz sentidos?

Ora, do ponto de vista da instância vestibular, parece mais fácil tentar responder por essa questão levantada, assumindo, para isso, a falsa ideia de que um texto seja produto de informações dispostas ao leitor. Isso se faz tão verdadeiro para o vestibular, que parafrasear nada mais é que “(...) transcrever, com novas palavras, as ideias centrais de um texto”. Aqui, ficamos nos indagando sobre o que seria “transcrever” informações de um texto (?). Dois vestibulandos conseguiriam transcrever os “mesmos” sentidos do TM? E, ainda, o que, no manual de corretores de redação, se compreende por “(...) transcrever, com novas palavras, as ideias centrais de um texto”? Para quem seriam essas novas palavras?<sup>13</sup>Muitas polissemias ali!

Ao que nos é possível de concluir mais uma seção deste estudo, as injunções, quea *priori* deveriam ser direcionadas a vestibulandos, destacam, na verdade, questões para os corretores seguirem — mesmo aquelas que fazem parte

---

<sup>13</sup>Somos bem convictos em já asseverar que essas “novas palavras” de que fala o “Manual de corretores de redação” estão ligadas a modelos de avaliação da linguagem no vestibular, em particular, a modelos assumidos pela óptica do corretor de redação. Ora, nada dali inclui o aluno-vestibulando.

do conjunto textual que compõe a prova de redação de vestibular. Em nada delas se veem, com efeito, meios de esclarecer ao aluno vestibulando o que seja reelaborar informações “contidas no TM”. Assim, tudo que o “manual de corretores de redação de vestibular” procura confirmar diz respeito à “certeza” de que os mesmos sentidos do TM podem ser mantidos no mesmo lugar, agora, na redação do vestibulando. Em sendo assim, nada se cogita sobre movimentos de sentidos diferentes — a polissemia — que a partir de um mesmo objeto simbólico, no caso, o TM, sujeitos de linguagem podem engendrar. Quanto a isso, perguntamo-nos: a instância vestibular, com todos os seus instrumentos de avaliar a escrita de vestibulandos, consegue (ou não) separar aquilo que seria a repetição, a paráfrase, daquilo que não seria? Novamente, em vista do que nos reserva o caráter relacional dos sentidos, marcamos como negativo esse questionamento.

Finalmente, para nos fazer melhor compreendidos, trazemos, na sequência, uma breve demonstração de análise. Esta pretende acirrar o sábio posicionamento formulado por M. Pêcheux (1990, p. 53), já na 3ª fase da AD, o qual nos esclarece que “Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”.

Passemos, então, a isso!

### FORMULANDO UMA ANÁLISE

Como bem assegura Orlandi (1999, p. 32), admitir que “(...) há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso”. Dessa forma, antes que iniciemos uma última seção para este trabalho, é mister que sublinhemos o fato de que o “já-dito” tem estatuto no próprio ato de instituir o dizer — é preciso, efetivamente, que um já existir de sentidos seja re-conhecido por sujeitos de dizer, a fim de que dali outros (ou os “mesmos”) sentidos sejam formulados. Com efeito, aqui, relembramos esse posicionamento de Orlandi, pois o que a seguir fizemos está

relacionado a um cotejo de informações *intradiscursivas* (“já-ditos”) entre as materialidades discursivas (M1)<sup>14</sup> e (M2)<sup>15</sup>seguintes.

Vejamos, assim, o que a materialidade (M1) enuncia:

M1: Programar ou educar?

Soluções rápidas para problemas antigos. Esta é uma das funções das tecnologias que são criadas e dos estudos dos cientistas. Mas até que ponto podemos usar destes artifícios?

Neste mundo moderno onde o avanço tecnológico cresce a cada dia, temos uma grande preocupação, a violência. Esta também vem crescendo muito desde os últimos tempos, mas não é boa e ainda não vemos uma solução para acabar com ela. E na preocupação de tentar exterminar este problema chegamos a seguinte questão: por que não usar a tecnologia a nosso favor?

(1) Estudos para se encontrar um jeito de interferir no cérebro de criminosos e modifica-los vem sendo apresentados, o que pode não ser tão bom assim (CA e CB).

É certo que nossas vidas ficaram mais práticas com todas nossas (2) invenções, mas também estamos vendo aos poucos a perda da subjetividade de cada um. Estamos nos tornando muito mecanizados (CA).

(3) Usar a tecnologia para mudar a mente de bandidos, alterar o comportamento destes, pode funcionar, mas teríamos assim não um progresso, e sim uma transgressão (CB).

(4) Devemos arrumar um jeito de deter a criminalidade que faça não só com que esta acabe, mas também com que as relações humanas se tornem mais calorosas, pois estas com a mecanização do homem estão ficando cada dia mais frias (CA).

Os governos deveriam investir em políticas de educação dos criminosos que cumprem pena e em campanhas de conscientização. Investir na educação escolar de jovens e adolescentes principalmente de comunidades carentes também poderia ser de grande utilidade.

Programar robôs, sem sentimentos, vontade e donos das suas próprias escolhas não é a solução. Temos que

<sup>14</sup> Cumpre destacar que a materialidade (1) foi aqui reproduzida com as idênticas ortografias propostas por seu *scriptor*, o vestibulando. Os grifos que nela se encontram reproduzidos, porém, são relativos às avaliações dos CA e CB, avaliações que ali visavam a localizar paráfrases de enunciados do TM.

<sup>15</sup> A M2 é justamente o TM que compôs a prova de redação de vestibular (Cf. seção Anexo).

reeducar e educar seres humanos, que sejam capazes de fazer escolhas certas e viver em paz numa sociedade sem que para isso precisem de uma “ração especial” ou um chip.

Após a leitura da M1, gostaríamos, inicialmente, de explicar ao leitor que os enunciados nela sublinhados (1, 2, 3 e 4) correspondem a espaços discursivos ali constituídos a partir reformulações de discursos, espaços esses em que os corretores de redação de vestibular (CA e CB) identificaram (ou não) gestos de paráfrase para enunciados do TM da prova de redação de vestibular. Neste caso, trata-se de reformulações que, por meio da leitura e interpretação de enunciados do TM, o *scriptor* produziu. Acerca desses enunciados, consideramos sê-los o alvo desta inicial análise, a qual se concentra na possibilidade de compreender aspectos implicados a seus respectivos funcionamentos.

Assim sendo, para o enunciado (1), o qual foi a princípio destacado por ambos os corretores (CA e CB), trazemos algumas observações para o que, discursivamente, ali funciona. Começamos, então, dizendo que, apesar de esse enunciado estar destacado na M1, conforme grifos dos CA e B, o mesmo não foi notado por eles de modo igual. Da perspectiva do corretor A, nas suas próprias palavras, “o candidato não consegue reformular, reescrever com suas próprias palavras a ideia central do texto motivador, faltam mais informações, não se utilizou a mesma ordem das ideias que aparece no texto motivador, portanto não faz a paráfrase”. Para o corretor B, ao contrário, o candidato realizou um gesto de paráfrase, procurado, por sua vez, conforme declara tal corretor, representar fatos do TM que dizem de “pesquisas sobre intervenção cerebral para modificação do comportamento criminoso”.

Sobre esse modo de avaliar o enunciado (1) como uma paráfrase e como uma não paráfrase de enunciados do TM, notamos uma primeira discrepância de julgamentos entre os CA e B. Ora, exatamente naquilo que o CA nos apresenta como justificativa para a não paráfrase avaliada por ele, observa-se algo do funcionamento do olhar efeito-leitor, nesse caso, algo que procura “ratificar” a interpretação de enunciados conjeturados como “iguais” aos do TM. Acerca disso, levantamos dois questionamentos: que informações seriam essas, mediante as quais se diz “faltar” na produção do vestibulando? E, ainda: o que deve ter levado o

CB, oposto ao CA, a admitir que o enunciado (1) constitui uma paráfrase de enunciados do TM? Ante a esses questionamentos, diríamos que, no caso do julgamento do CA, configuram-se ali posições alimentadas pelo imaginário de objetividade da instância vestibular: certamente, um texto “contém” informações que permitem *scriptors* reformulá-las a partir de suas “mesmas” ordens sintáticas, ordens essas que o CB deve as ter tomado como “iguais” as do TM na produção do vestibulando.

Ademais, no que toca as avaliações dos CA e B para o enunciado (1), cumpre sublinhar que a discrepância de sentidos ali observada por eles se dá porque ambos recorrem a redes de memória discursiva diferentes, ao avaliar a demanda parafrástica escrita em contexto de vestibular. Essas redes nos permitem asseverar que eles mobilizaram sentidos diferentes para o que leram e “localizaram” na M1.

Em vista do que o parágrafo precedente nos explica, consideramos que, na M1 (enunciado (1)), há outros sentidos para sentidos do TM ali funcionando. Esses sentidos-outros, que podem ser “observados” na própria linearidade intradiscursiva da M1 (3º§), permitem-nos aqui dizê-los como sendo efeito da pergunta que o parágrafo precedente desenvolve: (...) por que não usar a tecnologia a nosso favor? Para o caso, então, realizou-se uma mexida na rede de sentidos do TM. Isto se deu pela via de inversões sintáticas de alguns sintagmas componentes do enunciado “Pesquisas que visam a estudar e modificar o comportamento de delinquentes e psicopatas podem ser apresentadas à sociedade como uma solução ao problema da criminalidade” (3º§ do TM); inversões essas que relacionam outros efeitos de sentido para o que se pode ler do TM (neste é dito sobre pesquisas que “podem ser apresentadas” e não exatamente sobre um juízo “já” posto em prática, como na M1/3º§).

Acerca do enunciado 2, o qual foi avaliado exclusivamente pelo CA como uma não paráfrase de enunciados do TM (o CB nada disso nos indicou sobre esse enunciado), pontuamos aqui duas posições que devem ter servido para caracterizá-lo assim. A primeira dessas posições pode ser corroborada pelo fato de que o vestibulando, genericamente e diversamente, extraiu informações do TM, sem notar a ordem sintática do que ali “poderia” ter garantido um efeito de “mesmo”

sentidos, a paráfrase. A segunda posição, que na verdade explica melhor a primeira, demonstra que outros efeitos de sentido estariam em jogo no enunciado (2); daí sê-lo, como assegura o CA, uma não paráfrase. Dessa forma, do TM, podemos presumir esclarecimentos sobre pesquisas científicas ocupadas em conhecer o cérebro humano, ao passo que, na M1, pouco disso conseguimos, dado que outras elucidações são ali feitas, a exemplo, elucidações acerca de ações de cientistas ocupados em interferir no cérebro humano de pessoas delinquentes e, ainda, consequências disso, tais como “(...) perda da subjetividade de cada um” de nós, podendo torná-los “muito mais mecanizados”. Também, o enunciado (2) que compõe a M1 nos permite observar alguma tentativa do *scriptor* em provocar um contraste com informações do parágrafo que o precede (3<sup>o</sup>§); informações essas que versam sobre a negativa do *scriptor* ante a tecnologias que venham a interferir no cérebro humano, com intuito de corrigir o comportamento de pessoas delinquentes e de resolver problemas de criminalidade.

Quanto ao enunciado (3), avaliado somente pelo CB como sendo um gesto de paráfrase de enunciados do TM (o CA nada disso nos indicou sobre esse enunciado), temos uma breve observação a fazer; esta é semelhante a que fizemos para o que, também, o CB nos apresentou acerca do enunciado (1). Assim sendo, de acordo com o CB, no enunciado (3), houve uma “tentativa de recorrer às ideias do texto motivador” pelo vestibulando. Para esse enunciado (3), o CB nos esclarece que o vestibulando — na relação com a primeira paráfrase produzida por ele na M1, exatamente no 3<sup>o</sup>§, onde “ocorrem” reformulações de enunciados do TM acerca de pesquisas científicas com o cérebro de indivíduos criminosos — buscou ressaltar o “método” (M1/5<sup>o</sup>§) utilizado por cientistas que visavam a “alterar o comportamento” de delinquentes criminosos (TM/1<sup>o</sup>§). “Método” esse que denota, pois, um efeito de “mesmos” sentidos “localizados” pelo CB na M1.

Enfim, no que concerne ao enunciado (4) —enunciado que, como o enunciado (1), foi, respectivamente, julgado por ambos os CA e B na condição de um gesto de não paráfrase e de paráfrase de enunciados do TM —, consideramos que a reformulação ali apresentada pelo *scriptor* d-enuncia, na óptica dos corretores, fatos de linguagem da ordem do Um e do Não-um de sentidos “localizáveis” no TM. Neste caso, devido à utilização de operações de linguagem

designadas por Pêcheux (1981, p. 16) como efeito de uma “leitura-trituração”<sup>16</sup> de informações de um dado texto (o TM), outros-sentidos (na M1) se relacionam aquilo que apenas o CA considera ser a paráfrase de enunciados do TM. Dessa forma, torna-se possível aqui asseverar que as operações relativas a gestos de “leitura-trituração” efetivadas a partir de enunciados do TM pelo vestibulando levaram o CA a invalidar a tentativa de formulação de uma paráfrase no enunciado (4). Se levarmos em conta o que os parágrafos precedentes ao enunciado (4) enredam, percebemos que, pelo caráter relacional dos sentidos, aquilo que ali vem formulado refrata o suposto “Um” de sentidos para o TM. Pelo caráter relacional dos sentidos, então, há que se sublinhar que o *scriptor*, para reformular o enunciado (4), recorreu, possivelmente, ao “mesmo” dizer que o permitiu produzir o enunciado (1). Isto se deu porque, no enunciado (1), o *scriptor* se refere a estudos que interferem no cérebro de criminosos, com objetivo de negá-los. Haveria outro jeito de resolver o problema da criminalidade, sem termos que partir para ação assim — explica-nos, brevemente, no 3º§ da M1, o *scriptor*. Porém, é preciso destacar que o enunciado (4), ao retomar o enunciado (1), direciona-o para outra argumentação; argumentação que, elucidando uma diferente maneira de refrear gestos de criminosos, apresenta-nos um confronto de informações (estas o TM não aduz) focadas na ideia de uma suposta ascensão dos engenhos humanos e em um de seus efeitos: relações humanas “cada dia mais frias” (6º§ da M1).

Em vista do que essa análise descreve e interpreta para funcionamentos de linguagem constitutivos dos enunciados (1), (2), (3), (4) e da M1 em geral, damos, pois, relevo ao fato de que aspectos condizentes a um saber histórico *a priori* formulado no TM da prova de redação de vestibular ganharam consistência de efeitos de memória discursiva no interior de cadeias de sentidos produzidos na M1; cadeias essas que foram notadas (ou não) pelos CA e B como sendo efeito de “mesmos” sentidos do TM. Esses efeitos, pelo exposto, re-velaram-nos, aqui, fatos de linguagem singulares ao processo de constituição do Um e o Não-um de sentidos para um mesmo objeto simbólico re-formulado.

---

<sup>16</sup> Tratam-se, nesse caso, consoante Pêcheux (1981), das operações de “confrontar, deslocar, extrair e recortar” informações de uma dada materialidade linguística.

### UM ARREIMATE FINAL

Em vista do exposto, torna-se, sim, sensato afirmar que paráfrase e polissemia — consoante insistem em dizer inúmeras lucubrações orlandianas — são dois processos fundantes da linguagem: a “matriz” e a “fonte” de sentidos, respectivamente (ORLANDI, 1987). Neste caso, não faz sentido dicotomizá-los, tal qual em posicionamentos formulados pela linguista Fuchs (1982, 1994). Ora, nossa análise, em tese, buscou realçar o jogo (tensão) efetivado e articulado entre a produção daquilo que o *efeito-leitor* (os corretores de redação de vestibular) supõe ser “o mesmo” (a paráfrase de enunciados para o que o autor do TM “quis dizer”) na redação de alunos-vestibulandos e “o diferente” (a polissemia notada pelos CA e CB na M1). Sendo assim, discursivamente, não há razão para se considerar o processo (a polissemia) separado do produto (a paráfrase); ambos ocorrem simultaneamente, produzindo uma relação que — aqui, parafraseando Orlandi (1987, cf., p. 190) — se coloca como “autolimitativa”, um margeando (e jogando com) os limites ao outro.

### REFERÊNCIAS

CALIL, Eduardo. **Escutar o invisível**: escritura e poesia na sala de aula. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2008.

COPEV. **Arquivo de prova**. Dez 2008. Disponível em: <<http://www.ingresso.ufu.br>>. Acesso em: 20.02.2011.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

FUCHS, C. **La paraphrase**. Paris: Press Universiteires de France, 1982.

\_\_\_\_\_. **Paraphrase et énonciation**. Paris: Ophrys, 1994.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento. As formas de discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **A leitura e os leitores**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Rua – Revista do núcleo de desenvolvimento da criatividade da Unicamp NUDECRI**. Campinas: UNICAMP, n. 4, 1998, p. 9-19.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, Pontes, 1999.



\_\_\_\_\_. **Interpretação:** autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. São Paulo: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de EniOrlandi. São Paulo: Pontes, 1990.

SANTOS, Hélder Sousa. **A paráfrase no vestibular:** uma prática de (re)formulação do dizer. Uberlândia: 2010. (Dissertação de Mestrado).

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 2006.

## ANEXO

### SITUAÇÃO A (ou TM):

O estudo do cérebro conheceu avanços sem precedentes nas últimas duas décadas, com o surgimento de tecnologias que permitem observar o que acontece durante atividades como o raciocínio, a avaliação moral e o planejamento. Ao mesmo tempo, essa revolução na fisiologia abre novas possibilidades para um campo da ciência que sempre despertou controvérsias de caráter ético – a interferência no cérebro destinada a alterar o comportamento de pessoas. Há duas semanas, um grupo de pesquisadores gaúchos ligados a duas universidades anunciou um projeto que vai estudar o cérebro de cinquenta jovens homicidas, com idade entre 15 e 21 anos, detidos na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, a antiga Febem de Porto Alegre. Os jovens serão submetidos a uma série de imagens e sons violentos enquanto uma máquina de ressonância magnética funcional analisará a atividade de várias regiões do cérebro deles, principalmente o lobo frontal. Estudos feitos nas últimas décadas apontam que alterações no funcionamento do lobo frontal, situado sob a testa, podem ser responsáveis por perturbações no juízo crítico e por um aumento da agressividade. O anúncio do projeto provocou reações de protesto. Um manifesto contra a pesquisa vem ganhando a assinatura de cidadãos e entidades ligadas aos direitos humanos. “Supondo-se que se confirme a hipótese de que há alterações no cérebro dos infratores, que uso se fará dessas informações?”, pergunta a

psicóloga Ana Luiza Castro, do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

Na Inglaterra, está em curso uma pesquisa que pretende interferir no comportamento dos criminosos jovens de três instituições penais, reduzindo o índice de violência entre eles. O estudo, patrocinado pela entidade beneficente WellcomeTrust, vai adicionar à dieta dos presos trinta suplementos alimentares, entre eles os ácidos graxos, presentes em substâncias como o óleo de fígado de bacalhau. Supõem os pesquisadores que os suplementos serão capazes de tornar os criminosos mais sociáveis. Os detratores do projeto dizem que não há maneira de aferir o resultado da dieta no cérebro dos presos. “É certo que há alimentos que beneficiam o cérebro como um todo, mas não há como dizer que um deles beneficie a área da comunicação, outro a dos julgamentos morais e por aí afora”, diz a neurologista Lucia Mendonça, presidente da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia.

Pesquisas que visam a estudar e modificar o comportamento de delinquentes e psicopatas podem ser apresentadas à sociedade como uma solução ao problema da criminalidade. O questionamento ético inerente a esses estudos é evidente quando o comportamento anti-social esbarra em questões culturais. Os avanços da neurociência poderiam permitir aos aiatolás determinar uma intervenção médica no cérebro de uma mulher que se recusa a cobrir o rosto com véu de forma a “curar” sua rebeldia? No futuro, é possível que os testes para emprego exijam exames com tomografia ou ressonância magnética para avaliar se o cérebro do candidato tem características que o credenciem à vaga. Pesquisadores da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, e do RotmanResearchInstitute, do Canadá, já contribuíram para esse cenário. Num estudo recente, eles avaliaram 36 pacientes que sofreram danos cerebrais como resultado de trauma ou retirada de um tumor benigno. Concluíram que as lesões no lobo frontal induzem a comportamento instável. “Nosso estudo mostra que danos em certas áreas do lobo frontal podem debilitar a capacidade de agir nas atividades rotineiras – um requisito-chave para conservar um emprego”, afirma o coordenador do estudo, o psicólogo Donald Stuss. Os autores da pesquisa com jovens homicidas gaúchos argumentam que a análise das imagens cerebrais é apenas um braço do estudo. Serão avaliados também fatores como o histórico familiar e a condição socioeconômica dos criminosos. O objetivo, segundo eles, é ajudar a formular políticas públicas para evitar que os jovens desenvolvam comportamento violento. É fácil entender como o fato de nascer em famílias dilaceradas ou miseráveis induz os jovens ao comportamento anti-social. Já a influência da

configuração do cérebro nesse processo é duvidosa e deixa em aberto a questão: até que ponto é aceitável intervir no cérebro humano.

**Recebido em junho de 2013.**

**Aprovado em setembro de 2013.**

